

AO PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA FRIBURGO - RJ

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 122/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6.964/2020

OBJETO: Registro De Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Dedetização para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA, CNPJ: 14.043.144/0001-30, com sede a Dr. Hélio Ribeiro, 525, Sala 707 CEP - 78050-970, Bairro Alvorada no município de Cuiabá/MT, Telefone: (65) 3028- 4200, E-mail: priscila@meplicitacoes.com.br, neste ato representada por sua procuradora legal Priscila Consani das Mercês Oliveira, inscrita na OAB-MT 18569-B, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO** frente ao edital já referenciado, pelos motivos de fato e direitos.

DRSANITIZA.COM.BR

End Av Dr. Hélio Ribeiro, 525
Ed Helbor Dual Business, Paiaguas
CEP: 78048-250

DR.SANITIZA 
(65) 99267-4111 
atendimento@drsanitiza.com.br 

I – DOS FATOS

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com as exigências formuladas, que vem assim redacionadas:

“19.6 Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014.

B) A licença ambiental deverá ser expedida pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, conforme o disposto no Decreto nº 480/75 do Governo do Estado do Rio de Janeiro bem como Lei Estadual nº 7806/2017; ”

Sucedendo que, tais exigências são absolutamente abusivas, pois diminui o caráter competitivo do certame.

II – DA ILEGALIDADE

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Solicitar como requisito para participar de uma licitação documentos que afunilam a participação de licitantes é ilegal, portanto, **não deve o órgão solicitar documentos que pouquíssimas empresas terão, fazendo com que haja pouca concorrência e fazendo com que haja a possibilidade da administração pública ter prejuízos em seus cofres públicos.**

Ora, na medida que o indigitado item do Edital está a exigir que tenha como documento de habilitação os exigidos nos itens 19.6 e alínea B, torna restritiva à participação de interessados ou

injustificada, não restando dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusula manifestamente comprometedora do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

A exigência da Cópia de Autorização de funcionamento, também não há justificativa que sustente, pois tal exigência somente visa impedir a participação de diversas empresas, sendo este ato, ilegal.

Quanto à obrigação de apresentação de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), constante do item 5.4.5, este Tribunal, ao apreciar situação similar, **considerou desnecessária e restritiva ao caráter competitivo da licitação tal exigência** (subitem 9.2.2 do Acórdão 7.388/2011-TCU- 1ª Câmara – TC 008.724/2011-3).

Referente às exigência da licença ambiental deverá ser expedida pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro , não há quaisquer justificativas mínimas que a sustente, pelo contrário, cabalmente evidencia o direcionamento do processo à atual prestadora ou concorrentes da localidade, dando preferência explícita em razão da sede ou domicílio dos licitantes, o que é rechaçado nos termos legais atinentes, bem como configurando inobservância aos princípios da isonomia e impessoalidade.

Ocorre que, ao exigir o documento já elencado acima o órgão, acaba por direcionar a licitação às empresas previamente situadas no Estado do Rio de Janeiro, e forma que indubitavelmente também acaba por aniquilar o caráter competitivo do certame, ferindo os princípios constitucionais da isonomia e impessoalidade. De acordo com o art.30, §5 da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

§ 5º **É vedada a exigência de comprovação de atividade** ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda **em locais específicos**, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

Portanto, caso esta exigência persista, estará o órgão restringindo empresas de fora do Estado do Rio de Janeiro de participar da referida licitação, prejudicando assim, o caráter competitivo desta.

Sr. pregoeiro, tais cláusulas não devem persistir, tendo em vista, que se solicitar tais documentos, só afastará possíveis concorrentes. Segundo a Análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal acerca do Tópico acima, veremos que:

Desse modo, entende-se que exigir a licença de funcionamento do órgão competente da vigilância sanitária do DF, na fase de habilitação, conforme requer o SEAC/DF, quebra, literalmente, a isonomia proposta na LL e na Carta Federal, na medida em que as empresas licitantes de fora do Distrito Federal terão ônus desnecessário apenas para participar do certame, o que não se mostra razoável e nem proporcional diante da ordem jurídica regente, **servindo apenas para restringir a competição** (grifo nosso). Para evitar tal distorção, é necessário que se faça uma interpretação mitigada na exigência contida na Lei 3.978/2007.

Temos também o entendimento da jurisdicionada (Metro) entende que:

Acórdão 3192/2016-Plenário - Data da sessão 07/12/2016 – Relator - MARCOS BEMQUERER – Área Licitação – Tema Habilitação de licitante – Subtema Exigência - Outros indexadores Excesso - Tipo do processo REPRESENTAÇÃO

Enunciado

É ilegal e restringe a competitividade do certame licitatório a exigência de documentos de habilitação além daqueles previstos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993.

(...)

Documentação exigida para habilitação

3. O edital impugnado exigiu, para fins de habilitação, que os licitantes apresentassem diversos documentos não previstos no art. 27 da Lei nº 8.666/93, a saber: a) certidão de ações cíveis e execuções expedidas pela Justiça Federal; b) atestado de idoneidade financeira passado por estabelecimento bancário do domicílio ou da sede da licitante; c)

certidão negativa de ação e execução expedida pelo Tribunal de Justiça do domicílio ou da sede do licitante, bem como de seus titulares; d) certidão simplificada da Junta Comercial, com prazo máximo de 30 dias da data da abertura dos envelopes e e) guia de recolhimento da contribuição sindical.

4. **Os arts. 27 a 31 do Estatuto das Licitações estabelecem quais os documentos podem ser exigidos dos interessados em participar de certame promovido pelo Poder Público com o objetivo de celebrar futuro contrato.** Referidos dispositivos buscam evitar que pessoas, físicas ou jurídicas, que não tenham qualificação mínima venham a ser contratadas, colocando em risco a execução do ajuste e, em última análise, o atingimento do interesse público adjacente.

5. Entretanto, **a própria Norma Legal que rege a matéria veda a exigência de documentos outros que não aqueles estabelecidos nos dispositivos acima.** Garante-se, com tal medida, que todos aqueles que preencham os requisitos mínimos para contratar com a Administração possam participar do certame em igualdade de condições. Concretiza-se, dessa forma, o princípio constitucional da impessoalidade, uma vez que evita que o agente público possa, por motivos de índole subjetiva, afastar do certame este ou aquele interessado.

[...]

42. Contudo, diante da gravidade das irregularidades identificadas na condução do certame, cabe aplicar aos Srs. [omissis 1 e 2] a multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992.

Como se não bastasse, o item objurgado, fere igualmente vários princípios, á exemplo o da MOTIVAÇÃO, COMPETITIVIDADE, IMPESSOALIDADE E MENOR PREÇO, conforme exemplos abaixo:

“6 princípio da motivação:

17. Dito princípio implica a Administração o dever de justificar seus atos, apontando- lhes os fundamentos de direito e de fato, assim

como a correlação lógica entre os eventos e situações que se deu por existentes e a providência tomada, nos casos em que este último esclarecimento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu de arrimo.”

(in curso de Direito Administrativo ,29º ed., pag 115 - Celso Antônio Bandeira de Mello)

Princípio da Competitividade:

A busca pela melhor proposta é uma das finalidades da Licitação. Por isso, não podem ser adotadas medidas que comprometam decisivamente o caráter competitivo do certame.

Assim, as exigências de qualificação técnica e econômica devem se restringir ao estritamente indispensável para garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, XXI, CF).

Impessoalidade:

Obriga a Administração licitante a conduzir com objetividade e imparcialidade o procedimento, a partir das normas do edital, impedindo privilégios e desfavorecimentos indevidos em relação aos licitantes.

Reforçando ao exposto o ilustre jurista Jessé Torres Pereira Junior leciona:

“(...) A redação adotada pelo novo estatuto estabelece relações *numerus clausus*, vedando que Administração demande apresentação de qualquer prova diversa daquelas inscritas nos termos da lei. Suprimiu, no pertinente àquelas qualificações, o espaço discricionário e criou vinculação estrita. Poderá a Administração deixar de exigir todos os documentos previstos na lei, sob pena de exceder-se no exercício do dever geral de licitar e sujeitar-se à invalidação da exigência indevida, mantidas apenas aquelas que se compatibilizarem com a provisão legal. ”iv

Assim, em que pese o princípio da separação dos poderes, está esse órgão da administração pública também sujeito a fiscalização do TCU, que mantém posicionamento consolidado sobre o

tema, sob a égide da Lei de Responsabilidade Fiscal. No que deverá acatar as decisões proferidas pelo referido Tribunal em seus Acórdãos, sob pena de sofrerem os agentes envolvidos no Pregão Eletrônico em referência as sanções aplicáveis em apuração de denúncia, que não se furtará a impugnante em apresentar oportunamente no caso da manutenção dos termos de habilitação combatidos.

Conclui-se que, as cláusulas do edital que aqui está sendo discutida, fere preceitos básicos do direito administrativo, ainda, descumpre com a legislação no momento em que exclui possíveis concorrentes, e por fim, é completamente desamparado dos princípios da licitação pública e o objetivo principal que é o interesse público.

III – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO, recebida, apreciada e julgada procedente, com efeito para que seja **RETIRADA** as exigências dos abaixo:

- a) Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014
- b) Licença ambiental deverá ser expedida pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, conforme o disposto no Decreto nº 480/75 do Governo do Estado do Rio de Janeiro bem como Lei Estadual nº 7806/2017

Nestes Termos
P. Deferimento

Cuiabá, 26 de janeiro de 2022



Priscila Consani das Mercês Oliveira
Procuradora
OAB/MT 18569-B

DRSANITIZA.COM.BR

End Av Dr. Hélio Ribeiro, 525
Ed Helbor Dual Business, Paiaguas
CEP: 78048-250

DR.SANITIZA 
(65) 99267-4111 
atendimento@drsantiza.com.br 

DRSANITIZA.COM.BR

End Av Dr. Hélio Ribeiro, 525
Ed Helbor Dual Business, Paíaguas
CEP: 78048-250

DR.SANITIZA 
(65) 99267-4111 
atendimento@drsanitiza.com.br 